

Há futuro para os partidos?

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje, 19.01.2007

Num momento em que se discute no Congresso uma proposta de reforma política que objetiva, entre outros aspectos, o fortalecimento dos partidos – mas sem que seja votada uma agenda mínima nesse sentido – talvez seja oportuna uma reflexão mais ampla a respeito dos partidos políticos.

Um dos mais importantes estudiosos dos partidos e sistemas partidários na atualidade é o irlandês Peter Mair (Prof. Da Universidade de Leiden, Holanda). Autor de vasta publicação sobre o tema, num artigo intitulado “Há futuro para os partidos?” publicado em 2000 pela revista Política Democrática (revista de Cultura e Política da fundação Astrojildo Pereira, SP), o autor mostra-se pouco otimista em relação ao futuro dos partidos.

Para ele, as perspectivas de reconstrução social dos partidos, com sólidos vínculos sociais, são desalentadoras: os partidos hoje não são mais do que máquinas eleitorais, preocupadas apenas com a conquista e conservação do poder “Os partidos têm cada vez mais empobrecida sua função representativa, enquanto reforça seu papel procedimental, de gestão burocrática”.

Os representantes em geral não representam os interesses daqueles pelos quais foram eleitos e, ao mesmo tempo, não há canais institucionais que permitam o controle dos representantes pelos representados, se circunscrevendo, basicamente, às eleições periódicas, em que os representados têm apenas a possibilidade de não renovar os mandatos dos que foram eleitos.

Isto parece estar associado à crescente incapacidade dos partidos políticos de articularem e representarem os distintos setores da sociedade, não exercendo mais as funções tradicionais de integração, mobilização, de expressão e agregação de interesses, levando, conseqüentemente, à perda de credibilidade e legitimidade.

O diagnóstico de Peter Mair é que há um deslocamento dos partidos da sociedade para o estado, conformando-se às leis e regulamentos (que determinam inclusive seu funcionamento interno) e se deslocamento, consolidando sua relação com o estado, prioriza seu papel de detentores de cargos públicos: deixam de ser parte integrante da sociedade para ser parte integrante do estado, ofuscando assim sua identidade.

O sociólogo Rudá Ricci, num artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo (18.09.2006) chamado “O ocaso dos partidos”, argumenta no sentido de que os partidos se transformaram em “imensas máquinas de tipo empresarial em busca do voto” e complementa “não por outro motivo, grande parte dos brasileiros que assistiram aos depoimentos de dirigentes partidários envolvidos diretamente e nos inúmeros casos de corrupção que assolaram a política nacional nunca havia sequer visto de relance as figuras de administradores que, de fato, movimentam fortunas, articulam negociações e acordos, definem e conduzem empresas de marketing político, comandam o cotidiano partidário”.

Peter Mair mostra como os partidos passaram, ao longo dos últimos anos, por várias mudanças e destaca três: o declínio das filiações partidárias, uma queda nos níveis de ativismo e militância e o declínio da participação eleitoral.

Considerando ainda o impacto significativo da mídia (e do marketing político em particular) nos processos eleitorais, quais as conseqüências possíveis de todas essas mudanças? A despolitização da política e, como efeito do mesmo processo, a indiferença dos cidadãos em relação à política.

Essa parece ser a conseqüência mais grave NE medida em que essa indiferença pode traduzir-se em uma indiferença em relação á democracia. Em países como o Brasil, em que escândalos envolvendo partidos e parlamentares se sucedem, o perigo é ainda maior, ou seja, o descrédito dos partidos seja acompanhado do descrédito nas instituições democráticas em geral.

Se há futuro para os partidos como instituições fundamentais numa democracia representativa, certamente muitas mudanças são necessárias que possam estar a serviço da democracia, com transparência e responsabilidade e não a

serviço de numa minoria, seja de seus dirigentes, seja de determinados grupos de interesses. Seu fortalecimento, se houver, deve ser enquanto instância de representação, que inclua necessariamente os excluídos, marginalizados, dos pobres, daqueles como diz Peter Mair “que não tem recursos e que somente por meio dois partidos e pelo voto teriam possibilidades de serem ouvidos”.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br